



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2004

**Altera o art. 347 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, estabelecendo nova causa de aumento da pena se a fraude processual é praticada por funcionário público com infração de dever funcional além de outras modificações.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 347 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 347. ....

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º Se a inovação destina-se a produzir efeito em inquérito ou processo penal, ainda que não iniciado:

Pena – reclusão de um a três anos, e multa.

§ 2º A pena alimenta-se de um sexto a um terço se o crime é praticado por funcionário público com infração de dever funcional (NR).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Um dos primados do Estado Democrático de Direito é o chamado princípio da ampla defesa. No entanto, mesmo o reconhecimento de um princípio tão importante não ocorre de forma absoluta, já que o acusado

não pode alterar ou modificar o estado de lugar, coisa ou pessoa, retirando ou introduzindo falsos elementos probatórios, de modo a induzir a erro o juiz ou perito. Por essa razão, a lei penal pune a fraude processual (art. 347 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal), classificando-a entre os Crimes Contra a Administração da Justiça. Estabelece-se, assim, acertadamente, uma distinção entre o direito à ampla defesa e a fraude processual.

Ocorre que a lei penal vigente não prevê causa de aumento da pena quando o crime é praticado por funcionário público com infração de dever funcional. Entendemos que, nessa situação, a exasperação da pena concorrerá para coibir a ação de funcionários públicos que, aproveitando-se de sua posição, modificam os elementos de prova em seu benefício pessoal ou de outrem, ou seja, a condição de funcionário público é utilizada para garantir a própria impunidade ou a de terceiros.

Complementarmente, a presente proposta traz outras adaptações e aperfeiçoamentos: a) eleva a pena mínima do crime de fraude processual de três meses para seis meses e b) transforma a causa de aumento da pena prevista no parágrafo único do art. 347 do CP em qualificadora, estabelecendo a pena de reclusão de um a três anos se a inovação destina-se a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado. Com isso, esperamos contribuir para o aperfeiçoamento da legislação penal, considerando o alto grau de reprovação social da fraude processual praticada por funcionário público.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.  
– Senador **Valmir Amaral**.

## LEGISLAÇÃO CITADA

### DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

#### **Fraude processual**

Art. 347. inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito:

Pena – detenção, de três meses a dois anos, e multa, de um conto a dez contos de réis.

Parágrafo único. Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

#### **Favorecimento pessoal**

Art 348. Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão:

Pena – detenção, de um a seis meses, e multa de duzentos mil réis a um conto de réis.

§ 1º Se ao crime não é cominada pena de reclusão:

Pena – detenção, de quinze dias a três meses, e multa, de cem mil réis a um conto de réis.

§ 2º Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.

#### **Favorecimento real**

Art. 349. Prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime:

Pena – detenção, de um a seis meses, e multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

#### **Exercício arbitrário ou abuso de poder**

Art. 350. Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder:

Pena – detenção, de um mês a um ano.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre o funcionário que:

I – ilegalmente recebe e recolhe alguém a prisão, ou a estabelecimento destinado a execução de pena privativa de liberdade ou de medida de segurança;

II – prolonga a execução de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de executar imediatamente a ordem de liberdade;

III – submete pessoa que está sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;

IV – efetua, com abuso de poder, qualquer diligência.

#### **Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança**

Art. 351. Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva:

Pena – detenção de seis meses a dois anos.

§ 1º Se o crime é praticado à mão armada, por uma pessoa, ou mediante arrombamento, a pena é de reclusão, de dois a seis anos.

§ 2º Se há emprego de violência contra pessoa, aplica-se também a pena correspondente à violência.

§ 3º A pena é de reclusão, de um a quatro anos, se o crime é praticado por pessoa sob cuja custódia ou guarda está o preso ou o internado.

---

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.)*

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 16 - 09 - 2004